



EDITORIAL

Cesáreas lideram partos

O Ministério da Saúde concentra os números dos eventos registrados pelo Sistema Único de Saúde no DataSUS. Esse controle estatístico tem possibilitado a comprovação dos avanços, em termos de universalização dos serviços prestados, bem assim, as anomalias originadas em unidades conveniadas com a rede pública. A cada ano, esse sistema se aperfeiçoa buscando identificar os ganhos em realizações e as falhas resultantes dos desvios de finalidade do sistema único.

Com base nos registros do SUS, tem-se a revelação de que os partos cirúrgicos superaram os partos naturais. As cesarianas conseguiram atingir 52% dos partos realizados em unidades hospitalares do Brasil, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a observância da taxa em torno de 15% para essas intervenções. O limite preconizado pela OMS decorre do seguinte fato: a cirurgia, quando bem indicada, só traz benefícios à gestante e ao bebê.

Quando feita, indiscriminadamente, pode trazer riscos para a mãe e o feto. A cesariana é marcada com antecedência, correndo o risco de ser feita antes do tempo adequado. Esse descompasso resulta, quase sempre, em problemas para o recém-nascido. O parto cirúrgico, mesmo precedido dos exames indispensáveis, representa risco, segundo o Conselho Federal de Medicina. Sua Câmara Técnica de Parto Normal vem acompanhando essa tendência de crescimento.

Para o Ministério da Saúde, o aumento dos partos cirúrgicos é preocupante. Os atuais patamares são inaceitáveis, as altas taxas de cesárias uma epidemia. Seguindo essa tendência,

também no âmbito dos planos de saúde, o comum passou a ser o parto cesáreo. Enquanto no Brasil, a média das cesáreas chegou a 52%, no setor de medicina privada alcança 82%. Os parâmetros vigentes em outros países variam muito. No Chile, é de 40%; no México, 34%; nos Estados Unidos da América, 26%; na Holanda, 14%.

A preocupação em mudar essa realidade tem sido objeto de gestões da Comissão de Parto Normal, criada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Conselho Federal de Medicina, Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia e Sociedade Brasileira de Pediatria. Na tentativa de reduzir o número de cesarianas, as entidades defendem que os hospitais mantenham equipes especializadas de plantão para acompanhar a primeira hora do trabalho de parto das gestantes. O trabalho de parto normal pode durar 12 horas.

Com a equipe de retaguarda, o obstetra que fez o pré-natal poderia ser acionado quando o nascimento estivesse se aproximando. Assim, inibiria a motivação para os partos cirúrgicos centrada na longa espera do parto normal. Outra sugestão em estudo, defendida pela ANS, é a disseminação de salas de pré-parto, em que a gestante possa ficar, durante o trabalho de parto, assistida por enfermeiros obstétricos.

O SUS conseguiu avançar ao instituir o cartão da gestante e o partograma. Eles contêm o histórico sobre a gestação, incluindo resultados de exames especializados. O parto natural seria o melhor para toda parturiente. A cesariana, um recurso para salvar vidas. O desejável é a saúde da mãe e do bebê.